

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 4.950, DE 2005

(apensado o Projeto de Lei nº 4.998, de 2005)

Dispõe sobre a aquisição de unidades habitacionais por integrantes da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil e dá outras providências.

Autor: Deputado Carlos Nader

Relator: Deputado Pastor Frankembergen

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Carlos Nader, assegura aos integrantes da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil o direito de se habilitarem para aquisição de unidades de conjuntos habitacionais construídos pelo Poder Público, desde que não sejam, comprovadamente, proprietários de outro imóvel residencial. Os que tiverem mais de cinco anos de serviço terão crédito com carência de 1 (um) ano, e 25 (vinte e cinco) anos para amortização, sendo que o imóvel não poderá ser vendido ou locado antes da sua quitação. Em caso de invalidez permanente ou morte, o imóvel estará automaticamente quitado.

O Autor argumenta na justificção que, em razão dos baixos salários, esses profissionais moram em locais incompatíveis com as funções que exercem, em condições precárias e com convivência diuturna com marginais, prejudicando a sua atuação profissional. Dessa forma, segundo o Autor, cabe ao Poder Público oferecer soluções para diminuir as consequências negativas desse problema, facilitando-lhes o acesso a unidades habitacionais construídas com



8F4EE7FA31

recursos públicos ou com financiamentos oriundos destes.

À proposta principal, foi apensado o PL nº 4.998, de 2005, do Deputado Cabo Júlio, que cria o Programa de Financiamento Habitacional para o Policial Militar – PROFHAM, constituído com o direcionamento de recursos da Caixa Econômica Federal, da caderneta de poupança, do FGTS ou orçamentários, para o financiamento da aquisição ou reforma da casa própria, beneficiando os policiais militares da ativa, da reserva e pensionistas. Segundo o PL, poderá ser financiado 100% (cem por cento) do valor do imóvel, com o comprometimento máximo de 35% (trinta e cinco por cento) da renda bruta do adquirente e o índice de reajuste será o mesmo que incidir sobre o salário da corporação.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Os projetos de lei em análise, já receberam, nesta Comissão, parecer contrário apresentado pelo ilustre Deputado Colbert Martins, embora não tenha chegado a ser apreciado. Verificamos que a matéria foi tratada com muita propriedade no referido parecer, com argumentos consistentes possibilitando a avaliação abrangente dos aspectos com os quais a proposta se envolve. Dessa forma, em virtude da nossa total concordância com o tratamento dado à matéria pelo nobre Relator que nos antecedeu na análise dessa proposição, resolvemos adotar os termos do voto por ele apresentado, conforme descrito a seguir.

“Enaltecemos as intenções dos Deputados Carlos Nader e Cabo Júlio, autores das proposições, pois ao apresentarem alternativas de solução para redução do problema habitacional dos integrantes das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros, demonstram a atenção dos nobres Parlamentares para as condições precárias de moradia que atinge grande



8F4EE7FA31

parte desses cidadãos, em razão dos baixos salários recebidos.

Com relação ao PL n.º 4.950, de 2005, apesar de reconhecermos o mérito da proposta, entendemos que o problema da moradia não se resolve com a simples aprovação de projeto de lei que assegure o acesso aos recursos habitacionais, pois já existem em nosso País formas alternativas que podem contemplar, satisfatoriamente, essas categorias, com recursos de financiamento federal. Para tanto, como as forças policiais são órgãos do Poder Executivo Estadual, basta que os Estados celebrem convênios específicos com os agentes financeiros, para que essa categoria profissional acesse os recursos do financiamento habitacional com maior facilidade, a exemplo do que já ocorre hoje com os servidores públicos do Poder Executivo Federal.

Quanto ao Projeto de Lei n.º 4.998, de 2005, de autoria do Deputado Cabo Júlio, que cria, no âmbito da Caixa Econômica Federal, o Programa de Financiamento Habitacional para o Policial Militar – PROFHAM, consideramos a medida desnecessária, a exemplo do PL principal, em virtude de existirem diversas linhas de financiamento para aquisição ou reforma de moradia que podem ser direcionadas para os policiais militares mediante convênio, sem que tenhamos, para isso, que criar um novo programa de habitação.

Vale ressaltar que os profissionais de menor renda poderão ser atendidos no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, criados recentemente pela Lei n.º 11.124, de 16 de junho de 2005, com o objetivo de centralizar os recursos e implementar programas de investimentos e subsídios, para viabilizar o acesso à habitação voltada à população de baixa renda.

Além disso, mesmo que se entenda pertinente a criação por lei de programa habitacional direcionado exclusivamente a militares, uma proposição com esse fim deveria ser objeto de iniciativa do Poder Executivo, uma vez que estariam envolvidas, necessariamente, competências de órgãos federais e despesas a serem efetivadas pelo Executivo Federal, aspectos que, por serem constitucionalmente atribuídos ao Poder Executivo,



fogem do campo de disposição de uma lei de iniciativa parlamentar federal.”

Diante de todo o exposto, no que cabe a esta Comissão regimentalmente analisar, nosso voto é pela **REJEIÇÃO**, quanto ao mérito, dos Projetos de Lei nºs 4.950, de 2005, e 4.998, de 2005.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado Pastor Frankembergen
Relator



8F4EE7FA31